

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ceciliana de Rose Cintra Lagares¹
Obede Maria Cavalcante da Silva Rodrigues²
Antônio Adônnis Sátiro de Souza³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um breve estudo acerca da avaliação na educação infantil e as práticas lúdicas, refletindo sobre as ligações entre criança, jogos, brincadeiras, aprendizagem e qual é a sua influência na organização do trabalho pedagógico. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com embasamento teórico em produções dos autores Bassedas; Huguet e Solé (2007), Corrêa (2015), Kishimoto e Santos (2017), Oliveira (2020), Piaget (2023) e artigos de autores publicados nos últimos cinco anos que possibilitaram compreender a importância da avaliação na educação infantil e a ludicidade no desenvolvimento da criança. Historicamente, o lúdico está relacionado a evolução da criança e compreende jogos, brinquedos e brincadeiras, resultando na interação com o outro e com o mundo ao seu redor. Deste modo, o atual artigo se propõe a tratar a respeito da qualidade da avaliação através das práticas lúdicas, evidenciando a práxis pedagógica significativa para as crianças e educadores. Ao final, verificou-se que a avaliação na educação infantil através do lúdico possibilita um percurso certo no que concerne trabalhar o desenvolvimento e a aprendizagem com crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. É evidente a contribuição das atividades lúdicas na compreensão, socialização e comunicação da criança no espaço escolar.

Palavras-chave: Construção do conhecimento. Jogo. Brincadeiras. Ludicidade.

Abstract: This article aims to present a brief study on evaluation in early childhood education and playful practices, reflecting on the links between children, games, play, learning and their influence on the organization of pedagogical work. This is a qualitative bibliographical study, with a theoretical basis in the works of the authors Bassedas; Huguet and Solé (2007), Corrêa (2015), Kishimoto and Santos (2017), Oliveira (2020), Piaget (2023) and articles by authors published in the last five years that made it possible to understand the importance of assessment in early childhood education and playfulness in child development. Historically, playfulness is related to children's evolution and includes games, toys and play, resulting in interaction with others and the world around them. In this way, the current article aims to address the quality of assessment through playful practices, highlighting meaningful pedagogical praxis for children and educators. In the end, it was found that assessment in early childhood education through play makes it possible to follow a clear path when it comes to working on development and learning with children aged 0 (zero) to 5 (five). It is clear that playful activities contribute to children's understanding, socialization and communication in the school environment.

Keywords: Construction of knowledge. Play. Play. Playfulness.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe compreender a avaliação na Educação Infantil e o papel do lúdico no processo de ensino e aprendizagem. Considerando que a avaliação possui caráter mediador

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1856319758784567>. E-mail: finosaborgyn@gmail.com

² Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Professora auxiliar da Escola Crescer Mais. Pós graduada em Gestão Pública, pela UEG. Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Padrão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7272576493054928>. E-mail: obedecavalcante@hotmail.com.

³ Docente do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Mestre em Educação, pela *Must University* Flórida, USA. Licenciado em Pedagogia, Ciências Sociais e em Filosofia. Especialista em Psicopedagogia. Especialista em Alfabetização, Letramento e Educação Infantil. Especialista em Metodologia e Gestão para EaD. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3701750444824795>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7147-8093>. E-mail: antonio.souza@unigoias.com.br.

no sentido de observar, analisar e refletir, prioriza a sua importância em garantir as crianças experiências que promovam a ampliação de sua visão de mundo, com o objetivo de possibilitar a compreensão dos diversos tipos de linguagem responsáveis pela formação humana. Desvendar o processo pelo qual se consolida a aquisição de conhecimentos pela criança de 0 a 5 anos é fundamental para o trabalho do educador infantil, contudo, é busca-se compreender de abordagem primeira, qual é a relação existente entre o lúdico e a construção do conhecimento da criança, bem como a sua influência na organização do trabalho pedagógico.

O objetivo geral deste artigo é estudar a qualidade da avaliação através do lúdico na educação infantil, e ainda, conceituar a avaliação nesta etapa (primeiro objetivo), além de conceitualizar a abordagem lúdica (segundo objetivo) e correlacionar o lúdico com a avaliação na educação infantil (terceiro objetivo).

Tencionando a discussão acerca da qualidade da avaliação através do lúdico preconiza o problema de pesquisa: Como a Avaliação de Aprendizagem pode ser qualificada através do Lúdico na Educação Infantil? Desta forma, buscar-se-ão respostas objetivas para elucidar o questionamento.

Ao adentrar ao referencial teórico, o leitor se deparará com indagações relacionadas ao histórico da criança, significado do lúdico, jogos e brincadeiras, desenvolvimento da criança, a importância do educador nesse processo e reflexões acerca da educação infantil. Para dar base a pesquisa e responder aos questionamentos os principais autores trabalhados são: Bassedas; Huguet e Solé (2007), Corrêa (2015), Kishimoto e Santos (2017), Oliveira (2020), Piaget (2023), no entanto, serão utilizados artigos de autores que já publicaram conteúdos relacionados ao tema, além da busca de apoio na legislação vigente, para responder com clareza a indagação central deste trabalho.

Desta forma, a metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo conforme Gil (2002), com coleta de dados em diferentes recortes científicos principalmente em livros e artigos publicados em revistas científicas.

Nesta produção busca-se conhecer a avaliação lúdica no processo de desenvolvimento da criança e decerto, à conclusão da pesquisa, encontrar-se-á a análise e discussão dos dados, com os resultados obtidos.

É cabível destacar o mergulho na teoria a fim de alcançar resultados satisfatórios que possam contribuir para o aprimoramento da avaliação na educação infantil, com o propósito de

assegurar a qualidade do trabalho docente além de descobrir meios de identificar não apenas carências, tal como, novas habilidades, almejando um resultado significativo.

METODOLOGIA

O presente artigo, trata-se de um trabalho que segue os moldes da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, Gil (2022, p. 44) que exprime a ideia de que “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.”.

Para o prosseguimento deste artigo científico, fez-se uso de estratégias utilizando-se da pesquisa caracterizada como exploratória, com a finalidade de relacionar as informações obtidas, analisá-las para entender o objeto de estudo, desvendar a problematização na busca de resposta para alcançar os objetivos propostos. Assim sendo, Gil (2019, p. 9) destaca “o método científico como a série de passos que se utiliza para obter um conhecimento confiável, ou seja, livre da subjetividade do pesquisador e o mais próximo possível da objetividade empírica.”. Isto posto, faz-se necessário ressaltar que a pesquisa envolve inúmeras fases, e se desenvolve após um longo processo, que passa pela criação do problema até a adequada introdução dos resultados, sendo assim vale ressaltar a necessidade da sequência dos passos percorridos para obter uma pesquisa de qualidade.

Desta forma, os passos utilizados nessa pesquisa em direção a coleta de dados seguros para a realização do estudo, foi empreendido através de uma busca bibliográfica em base de dados como livros e artigos publicados em revistas científicas. As principais obras e estudos analisados foram Bassedas; Huguet e Solé (2007), Corrêa (2015), Kishimoto e Santos (2017), Oliveira (2020), Piaget (2023) e artigos de autores publicados ao longo dos últimos cinco anos.

Ao final da pesquisa, apresentar-se-á a análise e discussão dos dados com a representação dos resultados obtidos.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Por muito tempo o cuidado e a responsabilidade com as crianças era unicamente dever das mulheres, em particular da mãe. Relacionavam a criança pequena a um pequeno adulto, e logo que essa criança conseguia realizar suas atividades do dia a dia já era promovida a ajudante

do adulto, é neste momento que era inserido a criança o básico para sua integração ao meio social.

As instituições de educação para a infância surgiram no século XVIII, com o intuito de acolherem crianças vítimas de maus-tratos, da pobreza e do abandono familiar, e na época eram desconhecidas propostas educacionais que favorecessem o processo de ensino e aprendizagem, pois o maior interesse estava em ofertar abrigo, a construção de bons princípios, o ensino de bons hábitos de higiene e a inserção de valores religiosos. Oliveira (2020, p. 45) “O termo francês creche equivale à manjedoura, presépio. O termo italiano *asilo nido* indica um ninho que abriga. Escola maternal foi outra designação usada para referir-se ao atendimento de guarda e educação fora da família a crianças pequenas.”. Sendo assim, observa-se que a preocupação com a infância estava atrelada a princípio à assistência.

No Brasil, segundo Oliveira (2020), a história da educação infantil teve início somente no período que antecede a Proclamação da República, pois antes só observavam iniciativas isoladas de proteção à infância no combate às altas taxas de mortalidade, que ocorreu após a abolição da escravidão, fato esse que aumentou a migração para a zona urbana, e foram as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo os pioneiros na implementação de creches, asilos e internatos.

Oliveira, (2020, p. 75) relata que “O trabalho com as crianças nas creches tinha assim um caráter assistencial-protetoral. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.”. A preocupação com o cuidar e com o assistir, em relação à primeira infância, direcionaram os trabalhos, no Brasil, de concretização do atendimento as crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade.

Em meados da década de 70, chega ao Brasil o modelo de educação compensatória. Nessa nova proposta educacional, a educação infantil tinha por objetivo maior atender as necessidades das crianças carentes, pois acreditava-se que essas crianças sofriam privações culturais em consequências de suas origens sociais, entendendo então que cabia a escola suprir as carências e deficiências, oferecendo-lhes uma educação assistencialista.

Todavia, é preciso lembrar que o universo infantil se constitui pela individualidade e pela diversidade, devendo ser respeitado o ritmo e o tempo de aprendizagem de cada criança, bem como a sua identidade, mesmo que estas características se manifestem em um cenário coletivo que é a educação infantil. Em síntese, a educação pré-escolar de cunho assistencialista, que emergiu na década de 70, foi direcionada para a classe pobre, constituindo-se inicialmente

como bem-estar aos menos favorecidos. Deste modo, seu caráter educacional era direcionado para a moral e não para o intelectual. Admitir o caráter educacional no contexto da educação infantil, desde a sua criação, requer inicialmente a compreensão de uma suposta dualidade, imposta socialmente, entre a assistência e a educação.

É sabido que nas últimas décadas do século XX, a sociedade brasileira avançou consideravelmente no que diz respeito a assegurar, legislativamente, os direitos das crianças. Com o término do governo militar e a proposição da Constituição Federal, em 1988, o legislativo passa a reconhecer a Educação Infantil como um direito da criança e um dever do Estado, a ser efetivada no sistema de ensino, afirmando no Art. 208 – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.”. (Brasil, 1988)

Ao reconhecer a educação infantil como dever do Estado, a Constituição provocou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para uma clientela com direitos garantidos, o que suscitou a criação de Lei nº 8.069/90 que refere-se aos direitos das crianças e adolescentes brasileiro, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A instituição do ECA na legislação brasileira não decorre apenas da necessidade de existência de um simples instrumento jurídico, mas de favorecer e possibilitar a fiscalização das políticas voltadas para a infância, reconhecendo a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos. Assim, ressignificar o olhar para a infância requer da sociedade novas formas de educar e cuidar, uma vez que essa transformação não se resume apenas na conquista legislativa, mas também pressupõe vencer paradigmas que remetem a reflexão sobre valores, rumos e concepções, voltados à educação para a infância.

Além disso, reconhece-se que os maiores avanços conquistados na área de educação infantil estão contidos na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Lei nº 9.394/96, ao transformar em diretrizes e normatizar os direitos das crianças, assegurados tanto na Constituição Federal, como no ECA, logo após, em 1998, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou o primeiro documento curricular nacional voltado a faixa etária de zero a seis anos, intitulado Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), quem tem por objetivo referenciar o trabalho desenvolvido pelo professor como um conjunto de sugestões metodológicas a serem norteadores para a base da educação infantil, envolvendo a linguagem lúdica no cuidar e no ensinar.

SIGNIFICADO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A palavra “lúdico” é um adjetivo masculino, “vem do latim *ludus*, que significa jogo, divertimento, gracejo, escola.” (Carvalho, 2022, p. 20). O dicionário da língua portuguesa, Escottini (2017, p. 342) define o termo “lúdico” como “relativo a jogo, próprio do que usa jogos.”. Contudo ao se reportar ao lúdico é possível verificar que inúmeras terminologias são utilizadas na tentativa de defini-lo, tais como: jogo, brinquedo e brincadeira, que são utilizadas como ferramentas de aprendizagem e desenvolvimento individual, embora sejam objetos distintos, todos trazem uma semântica próxima, mas com intencionalidades diferentes. Portanto o lúdico refere-se a atividades aprazíveis onde a criança executa e aprende. Além disso, o lúdico colabora com a metodologia de aprendizagem da criança já que durante o tempo que elas brincam, desempenham diversas atividades que envolvem habilidades de forma geral.

Assim sendo, o lúdico tem como significado o “brincar”, contudo, não é simples estabelecer um conceito para o brincar, visto que cada pessoa é única e escolhe deliberadamente seu jeito de brincar e conseqüentemente cria seu próprio conceito de ludicidade. De acordo com Kishimoto (2016, p. 1), “denominam-se jogo situações como disputar uma partida de xadrez, um gato que empurra uma bola de lã, um tabuleiro com peões e uma criança que brinca com boneca.”. Na visão do autor cada jogo possui suas regras e são encarados de formas distintas por seus jogadores que possuem culturas e comportamentos diversos, logo, a grande variedade de fenômenos considerados jogos mostra a complexidade da tarefa de defini-lo.

O lúdico não delimita simplesmente aos jogos e brincadeiras, pois não é uma atividade destinada puramente a integração entre os outros indivíduos. Efetivamente, é uma experiência que proporciona conhecimento individual e coletivo, resultando em momentos de expressão, imaginação, faz de conta e realidade. Para ressaltar as funções do lúdico e sua proporção, Aquino (2023) cita Gomes (2013):

[...] a brincadeira é um fenômeno da cultura, uma vez que se configura como um conjunto de práticas, conhecimentos e artefatos construídos e acumulados pelos sujeitos nos contextos históricos e sociais em que se inserem. Representa, dessa forma, um acervo comum sobre o qual os sujeitos desenvolvem atividades conjuntas. Por outro lado, o brincar é um dos pilares da constituição de culturas da infância, compreendidas como significação e formas de ação social específicas que estruturam as relações das crianças entre si, bem como os modos pelos quais interpretam, representam e agem sobre o mundo. (Gomes, 2013, p. 45 *apud* Aquino, 2023, p. 29).

Na visão de Jean Piaget (2023), o lúdico se manifesta após o desenvolvimento de cada atividade desempenhada pela criança, sempre acompanhadas de adaptações, novos significados

de um mundo real a sua volta. Presente em todas as fases da vida humana, o lúdico é uma forma de demonstração e convívio, pois na fase da infância, as crianças exploram o mundo ao seu redor utilizando-se da brincadeira, podendo assim desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e motoras.

O lúdico no contexto educacional

Estudos recentes mostram que o lúdico na educação infantil, tem um lugar de destaque, já que é nesta primeira etapa da educação básica que de acordo com Aquino (2023, p. 27) a criança “desenvolverá habilidades, sentimentos, e até mesmo sua personalidade, aprendizagens essenciais para toda a vida. Um momento rico de interações, de descobertas e desenvolvimento”.

Desta maneira, usar a ludicidade como metodologia significa auxiliar no progresso da criança fazendo com que ela descubra o mundo a sua volta e o espaço em que vive, corroborando com Moraes e Coelho (2021, p. 13) que “na vida escolar de um educando o lúdico pode ser uma maneira muito eficaz de repassar a criança de um universo infantil para imprimir-lhe o universo adulto.”, de modo que “o lúdico como instrumento de ensino aprendizagem não está presente apenas no ato de brincar, mas também no ato da leitura como uma forma natural de compreensão e descobrimento do mundo real”. Daí a importância de se trabalhar a educação infantil de modo a promover a emancipação do educando com prazer e significação.

Outro ponto relevante a ser mencionado é o estímulo florescente da criança em relação a criatividade, ao prazer e interação social. É o que enfatiza a professora Gisele Martins, quando afirma que :

O lúdico tem apresentado dois elementos que os definem: o **prazer** e o **esforço** espontâneo da criança. Ele é apontado como prazeroso, pois faz com que o indivíduo absorva de forma intensa e total, tendo um clima de entusiasmo. As atividades lúdicas são estimulantes, e também requerem o esforço voluntário. (Martins, 2019, p. 2-3). [grifo dos autores].

Entende-se, portanto, que as atividades lúdicas são fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança, tendo em vista, que sua prática possibilita de forma despretensiosa estimulada através do prazer e esforço, auxiliando na aprendizagem, no comportamento social, cultural e construção do pensamento. Piaget (2023) ressalta que o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico e para crescer ela precisa brincar. De encontro ao mesmo pensamento autores como Kishimoto e Santos (2017) destacam que a

ludicidade leva o aluno a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, tornando-o livre no processo pedagógico.

Diante do exposto, pode-se entender que através de atividades lúdicas desenvolvidas não apenas através de jogos e brincadeiras, mas todas as formas que estimulam a criança de modo espontâneo geram interação, e é a partir delas que a liberdade de criar surge e propicia crescimento e aprendizagem.

Os jogos e brincadeiras

Ao falar na relevância dos jogos e brincadeiras na educação infantil para o desenvolvimento da criança, fala-se das teorias que a partir do ato de brincar a criança se expressa livremente e adquire novas habilidades. No entanto, essas mesmas pesquisas ressaltam a importância de um trabalho bem elaborado por parte dos educadores para que a contribuição na construção do conhecimento seja significativa. Sob essa ótica, Martins (2022, p. 7) acredita que o educador necessita ter em mente a definição da palavra jogo e ainda;

Antunes (2005, p 33) defende que

[...] um verdadeiro educador não entende as regras apenas sendo os elementos que tornam o jogo passível de ser executado, mas como uma lição ética e moral, e assim sendo, cumprir seu objetivo educacional. O jogo pode ensinar e aprimorar as relações interpessoais e promover a alegria, prazer e motivação, no entanto o único que pode convertê-lo em tal é o professor lembrando-se dos ganhos cognitivos e sociais sem perder de vista seu caráter de prazer e alegria.

Nessa perspectiva o jogo é tido como importante na aquisição do conhecimento no que se refere ao desempenho escolar, pois ao brincar a criança se expressa livremente, estimula sua imaginação, aprimora seu entendimento sobre regras e limites, consequentemente adquire uma aprendizagem mais prazerosa.

O brincar envolve prazer, apreensão, contrariedade e desafios, então, nesse momento a criança recebe através do jogo auxílio para desenvolver o raciocínio matemático, linguístico, afetivo, motor físico e social. O papel do professor em vista dos resultados é fundamental, no que tange a organização do espaço e a ajuda no desenrolar das brincadeiras usando de provocações que estimulem o pensamento, criando situações para que haja interação, por conseguinte, a construção do conhecimento o mais próximo da realidade da criança.

Mormente, nos jogos e brincadeiras o educador é quem medeia o processo de ensino e aprendizagem, com planejamento de atividades variadas, articulando e orientando as crianças

de forma a ter contato com materiais e estímulos diversificados projetando efeitos exponencialmente mais promissores.

Deste modo, a classificação dos jogos é variada em sintonia com o método definido e com os objetivos a serem alcançados. Ao longo da história inúmeros autores nas mais variadas áreas do conhecimento se interessaram em estudar o papel dos jogos no desenvolvimento infantil, todavia, será evidenciado a classificação de Piaget (2023) mencionado por Kishimoto (2016, p. 41), onde “observa ao longo do período infantil três sucessivos sistemas de jogo: de exercício, simbólico e de regras.”.

Os jogos de exercício, são aqueles que compreendem a repetição de gestos e movimentos simples, e podem ser jogos de exercício, de pensamento sensório-motores. Surgem nos primeiros 18 meses de vida.

Os jogos simbólicos surgem durante os dois anos de idade, e são conhecidos como os jogos de faz de conta, imitação, em que a criança tem a possibilidade de realizar sonhos, fantasias, expõe seus medos, conflitos e angústias atenuando tensões e frustrações e por fim os jogos de regras que surgem a partir dos quatro ou cinco anos de idade e perdura até os sete a onze anos sua principal característica de acordo com o autor, é a competição e o conjunto de regras impostas pelo grupo.

Em síntese, dado o exposto, certifica-se de que o jogo e a relação com o desenvolvimento da criança possuem um nexos justo, pois estimulam seu intelecto. Os jogos e brincadeiras, enquanto atividade lúdica, corroboram para a formação da criança tanto na psicomotricidade quanto na concepção afetiva-social.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E AS RESPECTIVAS FASES

Estudar o desenvolvimento infantil de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos tem sido um grande desafio para teóricos, pesquisadores e educadores da infância, pois empenhados na busca constante pela resposta da forma como a criança aprende, buscam constantemente responder perguntas do tipo: será que as crianças nascem como uma “folha em branco”, a ser preenchida com o saber alheio e vazias de significação de si mesmo? ou ainda, será que a maturação biológica é a única responsável pela forma de aprendizagem, não tendo o meio social nenhuma influência sobre a criança?

Para Piaget (2023) responder estes questionamentos pressupõe compreender que todo ser humano é um projeto humano ativo e participativo em plena construção. Pois, ao nascer, a

criança ainda não possui as estruturas mentais suficientes para a compreensão de mundo, mas, como ocorre a construção dessas estruturas mentais da criança?

Pois bem, as construções das estruturas mentais começam a se consolidar a partir da formação dos esquemas que inicialmente surgem por meio das ações reflexas (reflexo de sugar, reflexo palmar, reflexo de plantar etc.). Vale destacar que a construção dos esquemas, por sua vez, ocorrem por meio da formação do processo de adaptação, que é composto pelos dois polos que Piaget chama de assimilação e acomodação (Piaget, 2023).

O autor é consistente ao apresentar os seus estudos que por meio das interações as pessoas procuram se adaptar ao meio e que estas interações resultam no desenvolvimento da inteligência e na produção de conceitos capazes de produzir novos saberes.

Na era da contemporaneidade é imprescindível que o educador infantil tenha entendimento de que a aprendizagem é um processo contínuo de trocas, onde o educador ensina, mas ao mesmo tempo aprende, e a criança enquanto aprende ao mesmo tempo ensina. Esta realidade faz com que o educador descentralize o saber, e reconheça que a criança tem conhecimentos prévios adquiridos por experiências vividas fora da sala de aula, uma vez que a sala de aula não é o único espaço em que a aprendizagem ocorre.

Todo esse processo de ensino e aprendizagem só se torna real ao educador infantil a partir da apropriação de conhecimentos teóricos que explicam como as crianças aprendem.

Com a finalidade de entender melhor como ocorre o processo de organização e adaptação intelectual considerado por Piaget, torna-se necessário primeiramente que o educador como professor se aproprie de quatro conceitos básicos: esquema, assimilação, acomodação e equilíbrio.

- **Os esquemas** são definidas por Piaget como estruturas mentais ou cognitivas pelas quais os indivíduos intelectualmente se adaptam e organizam o meio.
- **A assimilação** é tratada como um processo cognitivo onde a criança classifica mentalmente novas experiências, as experiências já vividas, ampliando, portanto, os seus esquemas e possibilitando novas formas de aprender.
- **A acomodação** é vista como a responsável por acarretar mudanças qualitativas na adaptação intelectual da criança, bem como no desenvolvimento das estruturas mentais responsáveis por estas adaptações.
- **Equilíbrio** é considerado o processo de passagem que ocorre do desequilíbrio para o equilíbrio.

Os estágios de desenvolvimento propostos por Piaget e a importância dos esquemas destacam a natureza dinâmica e progressiva do aprendizado infantil. A teoria fornece uma base valiosa para educadores e pais compreenderem as necessidades cognitivas das crianças em diferentes fases do desenvolvimento, promovendo assim estratégias eficazes de ensino e apoio ao crescimento saudável. A teoria piagetiana destaca a ideia de que as crianças passam por estágios sequenciais, cada um marcado por características cognitivas distintas. Essa progressão é crucial para a compreensão do modo como as crianças percebem, assimilam e interpretam o mundo ao seu redor.

Cuidar e educar e o processo avaliativo

Superar o discurso da internalização de práticas sócio-históricas construídas pelos educadores infantis não constitui tarefa fácil, todavia, formar para o exercício da cidadania e promover a autonomia da criança, exige a consecução do processo de ensino e aprendizagem fundamentada nos conhecimentos pedagógicos que deem base a decisões e ações no trato da mediação para a prática pedagógica se desenvolvidas com crianças da educação infantil.

Assim como a transição de paradigmas não é uma tarefa trivial, a ressignificação de práticas pedagógicas também apresenta seus desafios, especialmente quando tais mudanças implicam em uma reeducação do olhar. Este novo olhar deve se voltar mais intensamente para os processos em detrimento dos produtos, fixando-se nos erros como indicadores de hipóteses corretas para a resolução de problemas. O foco deve ser a criança como um indivíduo concreto, um sujeito sócio-histórico que vive em um contexto real e em um tempo presente, libertando-se da expectativa do “vir a ser” para vivenciar plenamente o hoje, no contexto da infância. O produto ‘aprender’ passa a ser o objeto de estudo e os professores se encarregam de aprender a lidar com este produto.

No entanto, acredita-se que as impossibilidades de aprender, muitas vezes presentes no discurso e na prática do educador da educação infantil, precisam ser superadas. Para que isso aconteça urgente é preciso que o educador infantil adquira base teórica que o leva a compreender como se desenvolvem os conceitos na mente da criança.

Deste modo é possível inferir que a criança aprenda de modo ativo e participativo, partindo do que já se sabe e por meio da interação professor-criança e criança-criança. Assim, o ensino deve ocorrer, numa atitude parceira e corresponsável, tanto da criança como do

educador frente ao processo de aprendizagem. Vale destacar que, para a concretude desta ação, é indispensável que o educador faça a mediação pedagógica, reconhecendo o seu papel de mediador entre a criança e o objeto de conhecimento.

Ao compreender que as crianças desde muito cedo necessitam de cuidados ao tempo que precisam ser educadas, os cuidados do docente devem ser redobrados, já que a criança não se trata de ‘tabula rasa’, outrossim são construtoras ativas de suas aprendizagens, além de concluírem que o ambiente também pode favorecer à sua aprendizagem e ao seu desenvolvimento.

Em consonância a este modo de aprender, em 1988, com a Constituição Federal, o Estado, passa a reconhecer a sua responsabilidade com a educação da criança e com a sua primeira infância e buscando efetivar sua responsabilidade educacional, garante legislativamente o direito a todas as crianças brasileiras de serem cuidadas e educadas em centros de educação infantil.

Este processo avaliativo se concretiza de forma ampla em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/96, nela, a educação infantil se integra ao sistema de ensino da educação básica, e caracteriza a “creche” para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade como o primeiro contato da criança com o universo da educação e a pré-escola e para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos (Brasil, 1996).

No senso comum tem sido árduo o trabalho para ressignificar o conceito de creche, tanto na visão da família como na visão de muitos educadores, por haver a deturpação de que a creche seria o local “para deixar a criança”, como uma espécie de “lugar de cuidado”, face disto a perpetuação da nomenclatura “tia/tio” para as professoras da Educação Infantil. No entanto, uma das estratégias para a mudança deste conceito tem mostrado eficiente, que é a elaboração da Proposta Pedagógica (PP) realizada pelas próprias instituições com a participação das famílias e da comunidade escolar.

Uma vez elaborada a Proposta Pedagógica os envolvidos vão percebendo o caráter educacional presente na instituição e aos poucos vai-se desconstruindo a ideia de que a criança vai para a creche apenas para passar o tempo enquanto os pais trabalham.

Deste modo, não se admite mais que a criança do berçário e da pré-escola receba apenas cuidados do seu educador, mais é direito da criança e responsabilidade do educador organizar o seu trabalho pedagógico contemplando objetivos e conteúdo que envolvam o cuidar e o educar como objetivos da aprendizagem e do desenvolvimento, uma vez que embora indissociáveis, o cuidar e educar devem estar presentes na prática pedagógica mediadora do

educador infantil que auxilia na aprendizagem e desenvolvimento da capacidade das crianças, e conseqüentemente do seu desenvolvimento global, tornando imprescindível e necessário a organização do trabalho pedagógico a partir da perspectiva docente.

O lúdico no processo da aprendizagem

Diante das dificuldades de aprendizagem, alguns recursos pedagógicos utilizados para otimização da aquisição do conhecimento são as atividades lúdicas. A teoria mostra que o lúdico faz parte do crescimento da criança e esteve presente desde os tempos mais antigos

A educação infantil sendo a primeira etapa da educação básica é a fase conhecida como primeira infância, o momento em que a criança dá seus primeiros passos rumo a construção da sua identidade como indivíduo de direitos. Nessa etapa, o trabalho pedagógico é direcionado ao estímulo da criança com o emprego da ludicidade, a fim de proporcionar o desenvolvimento cognitivo através de linguagem específica para a faixa etária. Nessa direção, o uso do lúdico tencionando o processo de aprendizagem caracteriza todo ato, ou mesmo todo o momento experienciado pela criança em determinado espaço de tempo. Estes momentos tem o papel de encorajá-lo a enfrentar um ambiente de faz de conta, com criatividade e liberação de sentimentos.

Nesse Sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 9º, definem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica que são: “as interações e a brincadeira”. (Brasil, 2009) que servem para a criança se apresentar ao mundo com sujeito autônomo e pertencente.

Na educação infantil a BNCC (Brasil, 2018) estabelece seis direitos de aprendizagem são eles: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.”. Aplicá-los na rotina da criança durante a educação infantil é tarefa do professor que para tal, precisa tê-los em mente para que as experiências propostas sejam garantidas.

Tais direitos competem:

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar ativamente**, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das

atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC, 2018, p. 38).

Neste contexto, o educador precisa distinguir, a maneira mais acertada de oportunizar o desenvolvimento integral da criança, nas mais diversas situações. Considerando isto, Corrêa salienta que para tal o professor precisa se questionar, como ferramenta maior pois acredita que

Quando questionamos, podemos aprender por experiências, pois é nesse processo que estabelecemos uma ponte entre nossas vivências e algo que experimentamos e sentimos. Aprendemos quando nos relacionamos com o outro, quando o conhecimento dele se torna também o meu. E aprendemos ainda quando estabelecemos vínculos sociais, culturais e afetivos. Portanto, aprender é um processo permanente. (Corrêa, 2015, p. 18).

Logo, considera-se que a criança adequadamente incitada desenvolve suas capacidades físicas e intelectuais em meio ao processo de evolução corrente desde seu primeiro dia de vida pois ela vive a questionar-se.

Por meio desta incitação ao questionamento a criança se sente parte do contexto o que a leva a buscar maiores resultados por intermédio da segurança que tem ao questionar e ser respondida. A partir de então, fica claro a necessidade de o professor conhecer as fases do desenvolvimento infantil para que seja realizado o planejamento compatível com cada fase para cada indivíduo, e que o estímulo mais indicado aconteça seja através de jogos, das brincadeiras, histórias, pinturas ou outras experiências diversas aplicada a cada etapa de sua formação.

Redunda afirmar que nesta fase da educação infantil, o brincar é essencial no processo de aprendizagem porque por meio das brincadeiras que a criança cria a possibilidade de produzir e testar situações que corroboram para seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o brincar para Kishimoto e Santos (2017, p. 154) está “intrinsecamente ligado ao comportamento da criança, *pois* o brincar emerge da essência do ser

humano, e encontra-se na gênese do pensamento, na descoberta da individualidade, na possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo.”.

A adução de Corrêa (2015, p. 19) é de que

O brincar durante a infância estimula o processo de desenvolvimento da criança. Mais que uma ferramenta lúdica e pedagógica, é a base essencial para o desenvolvimento da aprendizagem. Ao brincar, a criança desenvolve a motricidade, ou seja, trabalha suas habilidades motoras, estimula a criatividade e a memória, e explora a realidade e a subjetividade em seu imaginário. Educadores podem trabalhar com regras e valores durante as brincadeiras.

Assim, nesse processo da construção da aprendizagem, observa-se que o brincar está atrelado ao desenvolvimento da criança, pois ao brincar, ela vivencia situações que potencializam crescimento cognitivo, emocional, afetivo, físico fundamentais na primeira infância. Ao brincar a criança se transporta para o mundo imaginário, se diverte enquanto exercita capacidades motoras, de atenção, raciocínio, argumentação, consequentemente transformando e produzindo novos significados. Em vista disso, as atividades lúdicas potencializam um momento favorável a criança desencadeando seu aprendizado.

15

AValiação NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O processo avaliativo na educação infantil se dá principalmente através de observações, registros, portfólios, dossiês, aferições do rendimento da evolução de determinados aspectos além do um acompanhamento contextualizado do desenvolvimento da criança. As pesquisas mostram que a avaliação tem sido uma ferramenta fundamental para o professor progredir na busca de melhorias para condução do ensino aprendizagem e para melhor aplicação de técnicas que possibilitem a evolução do seu processo de apreensão da realidade. Modesto (2018)⁴, em seu artigo sobre avaliação lúdica na educação infantil, ressalta que os resultados da avaliação mostram ao docente e ao educando seu desenvolvimento se há necessidade de mudanças ou de adaptação da sua forma de aplicar os contextos de acordo com a vivência e necessidade da sala de aula.

Sob esse prisma, Bassedas, Huguet e Solé (2007, p. 172) estabelecem que “nessa etapa, a finalidade básica da avaliação é que sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula.”. Por seguinte, é imprescindível a

⁴ Rosylene Alvino Modesto. Artigo: **Avaliação Lúdica na Educação Infantil**. Série Diálogos Transdisciplinares em Educação. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0151.pdf#page=155>

avaliação na educação infantil, pois é através dela que o professor obterá respostas sobre o impacto de suas ações no aprendizado das crianças podendo redirecionar seu planejamento para promover a aprendizagem e o desenvolvimento.

Sobre avaliação na educação infantil, a BNCC (2018) não aborda, especificamente, a questão da avaliação esta etapa, mas registra a necessidade da intencionalidade educativa e do acompanhamento da prática, mas a LDBEN de Nº 9394, 1996 em seus artigos diz que

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (Brasil, 2009).

E para que haja condição de compreender se a formação completou o seu ciclo, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), vem complementar que a avaliação, “é um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças”, (Brasil, 1998, p. 59) e a partir desta perspectiva cabe o professor encontrar os melhores métodos de aferir os avanços obtido pelos pequenos, entendendo que este elemento [avaliação], “Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo”. (Brasil, 1998, v. 1, p. 59)

Acompanhando este conceito de avaliação no contexto da educação infantil pressupõe-se compreender a avaliação enquanto processo individualizado que declara as reais conquistas em termos de aprendizagem, uma vez que os conhecimentos prévios são construídos a partir da construção sócio-histórica de cada criança, mediante a qualidade de suas vivências, o que as particulariza. Deste modo, não cabe ao professor valorizar somente os conhecimentos planejados, mas deve também valorizar as conquistas adquiridas pelos alunos durante o percurso rumo ao conhecimento almejado.

Muitos são os dispositivos que orientam o processo avaliativo. Vide as instruções das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que possuem força de lei, (DCNs) Resolução nº.5, de 2009⁵, no Art. 10:

⁵ https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I- a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II- utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III- a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV- documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V- a não retenção das crianças na Educação Infantil. (Brasil, 2009, n/p.).

Nessa perspectiva, autores como Bassedas; Huguet e Solé (2007) destacam momentos diferentes para avaliar o trabalho e a evolução dos estudantes, e isso se aplica inclusive à educação infantil, quais sejam: “a avaliação inicial, avaliação formativa e a avaliação somativa.” (2007, p. 173).

Tabela 1 - Tipos de Avaliação e suas finalidades

Tipo de Avaliação	Principal Aplicabilidade
Avaliação inicial	Tem como principal proposta examinar as vivências e saberes já adquiridos, investigar detalhadamente as especificidades e cenários de crescimento do infante. Identificar as habilidades do pequeno e levar em conta os registros educacionais de anos passados.
Avaliação formativa	Tem como proposta monitorar o progresso do aprendizado do infante ao longo do processo educacional mantendo-se firme na continuação do processo.
Avaliação somativa	É a avaliação empregada para quantificar o saber obtido ao término de um processo educacional durante um intervalo de tempo.

Fonte: As autoras, adaptado de Bassedas; Huguet e Solé (2007)

Nesta perspectiva é oportuno evidenciar que a avaliação na educação infantil ainda pode ser continua, cumulativa e sistemática, de forma coletiva ou individual, de modo que para determinar o processo de avaliação na educação infantil é importante o educador leve em consideração o desenvolvimento que se dá principalmente através de observações, registros,

conversas, verifique a participação dos infantes, desenvolvimentos cognitivos, emocional, motor, integração, socialização, adaptação, motivação, tolerância, coordenação motora, além da evolução no processo de aprendizagem, o que significa que não é um processo único ou genérico, é necessário identificar qual é o formato mais indicado a ser utilizado para cada aluno personalizando e individualizando o melhor modelo indicado para o tipo de aprendizado que o estudante apresenta.

Utilizando o lúdico como estratégia avaliativa

18

Os estudos realizados no desenvolvimento deste trabalho, mostram a importante relação entre o lúdico e o processo de ensino aprendizagem, reforçando a necessidade da inserção de jogos e brincadeiras na rotina escolar. De acordo com pesquisas realizadas, os efeitos causados pelas atividades lúdicas tem sido o método mais utilizado pelos professores como estratégia avaliativa na fase da educação infantil, pois entendem-se que pelo intermédio dos jogos, brincadeiras e a leitura, desenvolvidas de forma dirigida ou livre, torna-se o método divertido e preciso, e contribui para o desenvolvimento emocional e cognitivo de quem aprende.

Pautar a avaliação da criança em dados relevantes deve ser preocupação dos professores, quando esses reconhecem a importância de se levantar informações fiéis sobre a aprendizagem da criança, utilizando-se para isso de atividades lúdicas, as quais comprovam o raciocínio utilizado no decorrer da realização da atividade proposta.

Os jogos e brincadeiras são muito utilizados neste tipo de estratégia avaliativa, pois possuem capacidades para desenvolver importantes habilidades, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e motor de quem pratica.

O lúdico como estratégia avaliativa, permite ao profissional de educação infantil conhecer as fases de desenvolvimento da criança, uma vez que contribui com a redução dos dados irrelevantes que na maioria das vezes classificam e rotulam a criança como teimoso, egoísta, agitado, desobediente. Com isso o professor tem a oportunidade de coletar informações relevantes que conduzam sua prática para uma ação mediadora e adequada à fase em que se encontra a criança.

O jogo não se trata somente de uma forma de entretenimento ou meio da criança gastar energia, e sim um meio que contribui e enriquece o desenvolvimento intelectual do indivíduo.

As características do jogo fazem com que ele mesmo seja um veículo de aprendizagem e comunicação ideal para o desenvolvimento da personalidade e da inteligência emocional da criança. Divertir-se enquanto aprende e envolver-se com a aprendizagem fazem com que a criança cresça, mude e participe ativamente do processo educativo. (Murcia, 2008, p. 10).

Dessa maneira, pode se dizer que o jogo constrói novas descobertas, desenvolve e enriquece a personalidade, representando um recurso pedagógico que direciona o professor ao papel de condutor, incitador e avaliador da aprendizagem. Portanto, avaliar através do jogo, permite a construção de um dia a dia escolar importante, interessante e que tem como objetivo, possibilitar a criança, o início de seu processo de adaptação à realidade, de forma coordenada, flexível e intencional.

No âmbito de educação infantil portanto, a intenção do lúdico é proporcionar uma alfabetização relevante no contexto educacional, incorporando conhecimentos através dos aspectos do conhecimento de mundo.

A atividade lúdica é composta por um conjunto de linguagem que opera dentro de um ambiente social; tem um conjunto de normas e é composta por um objeto simbólico que também representa um fenômeno a ser explicado. Assim, o jogo possibilita ao aluno a identificação de um sistema de regras postas que lhe mostra uma estrutura sequencial que define sua moralidade, ou seja dita os processos e regras a serem seguidas dando a este pequeno, o senso de responsabilidade.

Os professores podem aplicar o jogo lúdico em sala de aula de várias maneiras para tornar o aprendizado mais significativo, criativo e dinâmico; Sugestões de livros, gibis, recortes ou quadrinhos, podem ser feitas de acordo com a idade das crianças, para provocar o estímulo à leitura desde os primeiros anos. A criação de projetos de leitura ou reconto de histórias pode ser uma ótima forma de interação entre a turma.

De igual modo, é possível trabalhar com a musicalidade, seja lida ou cantada a música é importante para aprimorar as habilidades de escuta do estudantes e isso se aplica a games, oficinas de criação e imaginação, desenvolvimento do raciocínio lógico entre outras. Essas atividades lúdicas têm a finalidade de proporcionar maior interação entre os estudantes, desenvolver suas habilidades cognitivas e ajudar na memorização.

De acordo com os autores, escolher a atividade com um objetivo claro para que os alunos possam ser direcionados corretamente e obter o aprendizado desejado é ainda uma "necessidade orgânica potencial da criança" (Amaral, 2008, p. 103).

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Este capítulo aponta resultados da pesquisa, a fim de esclarecer aspectos acerca da avaliação por meio da ludicidade, dos jogos e brincadeiras. Para este propósito, buscou-se compreender quanto a definição da avaliação na educação infantil, o conceito da abordagem lúdica e consequentemente correlacionar o lúdico à avaliação na educação infantil, que foram trabalhados na seção 2, (p. 10) como primeiro objetivo, da mesma forma que os demais objetivos correspondem às seções seguintes.

Os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada na seção 2, apresentaram o conceito da abordagem lúdica e destaca a ideia de que trabalhar o lúdico na educação infantil colabora na ampliação de habilidades e do desenvolvimento integral da criança. Para responder ao primeiro objetivo específico, qual seja, conceituar a abordagem lúdica. Observa-se as definições dos papéis de dois aspectos fundamentais na compreensão do conceito do 'lúdico'.

Tabela 2 - Abordagem Lúdica

Ferramentas de Aprendizagem	Papel do Lúdico
1- Jogo	O jogo é um importante aliado na construção do conhecimento e desenvolvimento integral da criança, pois o jogar permite que a mesma manifeste emoções ao mesmo tempo que se relaciona consigo e com o outro.
2- Brincadeira	O brincar, além de divertir contribui para formação, socialização ao mesmo tempo que desenvolve habilidades responsáveis pelo senso de responsabilidade, compreensão da realidade e do imaginário, e abre portas para o protagonismo.

Fonte: Elaborada pelas autoras

De acordo com a apresentação da tabela 2, considera-se a importância do papel do jogo e da brincadeira para o processo de aquisição do conhecimento no âmbito escolar, proporcionando uma aprendizagem satisfatória e concreta. Sendo assim, o conceito da ludicidade na educação infantil, está relacionada ao desenvolvimento próprio e espontâneo gerando responsabilidade, criatividade e a autonomia das crianças.

Por conseguinte, é compreensível que o lúdico utilizado como ferramenta no processo avaliativo contribui para melhorias na condução do ensino e aprendizagem, segundo tabela 2.

Tabela 3 - Relação do lúdico com a Avaliação na Educação Infantil

Ensino e Aprendizagem	Avaliação
1- Cuidar e Educar	Contribui para a formação e desenvolvimento afim de atender as demandas da criança, além de proporcionar oportunidade de conhecimento, estimulando suas vivencias de maneira consciente mantendo uma visão ampla acerca do desenvolvimento da criança respeitado as diversidades.
2- Recursos Pedagógicos	Com o intuito de envolver e auxiliar a aprendizagem, os recursos pedagógicos devem ser bem elaborados, pois possui o papel de facilitador na aquisição das habilidades.

Fonte: Elaborada pelas autoras

Diante do exposto, percebe-se que a ludicidade está inserida - tais quais outras fases da infância, na rotina da educação infantil, que o cuidar e educar reflete práticas avaliativas, tal como os recursos pedagógicos. Em conjunto com a prática a avaliação se torna mais eficiente, permitindo que a criança participe ativamente e consequentemente mostre espontaneamente suas habilidades oportunizando o processo de avaliação, respondendo assim o segundo objetivo, que é correlacionar o lúdico com a avaliação na educação infantil.

Na sequência, a tabela de número 4 foi elaborada a partir do terceiro objetivo específico deste artigo e aborda aspectos relativos à definição da avaliação na educação infantil.

Tabela 4 - Aspectos definidores de Avaliação na Educação Infantil

Aspectos de Avaliação	Educação infantil
1- Registro de atividades e Desenvolvimento	Registrar é a maneira mais usual de avaliar e acompanhar o desenvolvimento da criança na educação infantil, auxilia na identificação dos avanços e dificuldades, além do mais, os dados coletados ajudam no planejamento pedagógico e na avaliação.
2- A Relevância da Observação nos Registros	Momento em que o educador tem a oportunidade de conhecer e apoiar a criança, perceber suas habilidades e estreitar laços.
3- A Observação na Educação Infantil	Na educação infantil, a observação é fundamental para se conhecer o comportamento da criança no decorrer do período. O professor percebe padrões a partir destes registros que o ajudara no planejamento das atividades.
4- O Registro	Cada professor tem seu estilo de registrar, é importante ressaltar que é através das informações obtidas nos registros que as habilidades são reveladas e mostra uma visão global sobre cada criança.

Fonte: Elaborada pelas autoras

Partindo desse pressuposto, avaliar na educação infantil significa investigar os resultados obtidos a partir das habilidades da criança, e comparar estes resultados de tempos em tempos, de modo a construir um panorama de antes e depois, fazendo uma comparação de aquisição de conhecimentos a partir de atividades propostas, atendendo a proposta do terceiro objetivo.

Em síntese, nesta análise, fica demonstrado que definir avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento da criança, feito principalmente através de observações e registros associados ao trabalho do educador, coordenado de maneira a consolidar a prática docente compreendendo que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança implica concordância com o planejamento e o processo de ensino.

Destarte, com base nos principais autores estudados, Bassedas; Huguet e Solé (2007), Corrêa (2015), Kishimoto e Santos (2017), Oliveira (2020), e Piaget (2023) compreende-se que a avaliação na educação infantil em consonância ao método lúdico tem um papel fundamental

no desenvolvimento da criança, que através desta estratégia encontra possibilidade de aprender de forma dinâmica e divertida.

Por fim, ao concluir a pesquisa, infere-se que os objetivos propostos foram alcançados, e que as autoras recomendam aplicabilidade práticas em estudos mais aprofundados em pesquisas de campo, observando a prática docente e as respostas dadas pelos alunos à cada uma das situações propostas, estratificando por grupos etários e por específicos objetos lúdicos aplicados a estes públicos respectivos. Assim pode ser possível realizar estudos mais abrangentes a respeito da relação do lúdico e a avaliação na educação infantil, como por exemplo tempo de resposta a cada atividade avaliativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa da importância da avaliação na educação infantil, este estudo pautou-se na metodologia exploratória, examinando referências e indicações a partir de estudos já realizados.

Desta forma, retoma-se a questão problema: Como a Avaliação de Aprendizagem pode ser qualificada através do Lúdico na Educação Infantil?

Tal estudo revelou que o lúdico associado ao imaginário na educação infantil propicia direções vastas levados ao desenvolvimento da criança de forma integral, resultando em autonomia, criatividade, criticidade, felicidade, fazendo-a responsável pela construção dos seus próprios conhecimentos, tornando a aprendizagem significativa e de qualidade. No desenvolver da pesquisa fica evidente que as habilidades, o comprometimento dos profissionais envolvidos no processo de construção do desenvolvimento da criança é fundamental para seu progresso nos aspectos físico, social, cultural, afetivo e cognitivo. Algumas ferramentas eficazes apontadas pela literatura para auxiliar no processo de ensino aprendizagem para a educação infantil são: Jogos e brincadeira, se constituem atividades lúdicas divertidas que são capazes de conquistar a criança e mediar o processo de ensino aprendizagem.

Ademais, alguns aspectos são fundamentais para o papel do professor como: planejar bem as atividades, ponderar os objetivos a serem obtidos, organizar o ambiente e estimular ou desafiar a criança no decorrer da brincadeira para que aconteça de forma a agregar-lhe experimento responsável. Diante disso, é importante salientar que a avaliação no contexto escolar tem a finalidade de desenvolver cognitivamente o processo integral do ser humano em sua evolução e também do desenvolvimento social.

No que tange aos objetivos, esta pesquisa inquiriu pormenorizar sobre a qualidade da avaliação através do lúdico; definir avaliação na educação infantil; conceituar abordagem lúdica e, por fim, relacionar o lúdico e a avaliação das crianças de 0 a 5 anos.

Devido as crescentes mudanças no cenário educacional no Brasil, este tema não se esgota e os resultados advindos desta pesquisa promove evidência científica para o método avaliativo através do lúdico na educação infantil e abre brechas para ser objeto de estudos posteriores.

Assim sendo, foram justificados os objetivos gerais e específicos da pesquisa como tarefa de verificar a qualidade da avaliação através do lúdico na Educação Infantil e evidenciar algumas definições, visto que está consiste no processo de acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, implica desenvolvimento de práticas docentes que tornam o lúdico um mecanismo de valor agregado na qualidade da avaliação nesta etapa da educação básica.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Cícera Galdênci Menezes. **O impacto do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na sala do infantil V da escola de educação infantil Nossa Senhora do Carmo**. Asunción, Paraguay. 2023. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/1506/1273>. Acesso em 18 out. 2023.

BASSEDAS, Eulália; Huguet, Teresa; Solé, Isabel. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre. Artmed, 2007. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536310909/pageid/1>. Acesso em 08 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 14 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 14 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 20 out. 2023.

BRASIL. *Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1, 1998, p. 28. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 19 out. 2023.

CARVALHO, Viviana Gondim de. **Fundamentos de Lazer e Recreação**. WebAula 1. Goiânia: Centro Universitário de Goiás UNIGOIÁS, 2022. Disponível em: https://uni-anhanguera.blackboard.com/ultra/courses/_33972_1/outline/file/_732634_1. Acesso em 11 out. 2023.

CORRÊA, Mônica de S. **Criança, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122578/>. Acesso em: 24 out. 2023.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 26 out. 2023.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição**. Rio de Janeiro. Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 28 out. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo. Cortez, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925702/pageid/2>. Acesso em: 08 de out. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida; Santos, Maria Walburga dos. **Jogos e Brincadeira: tempos, espaços e diversidade (pesquisa em educação)**. São Paulo. Cortez, 2017. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925597/epubcfi/6/6\[%3Bvnd.vst.idref%3DCredits1.xhtml\]!/4/8](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925597/epubcfi/6/6[%3Bvnd.vst.idref%3DCredits1.xhtml]!/4/8). Acesso em 09 out. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo. Cengage Learning, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127245/pageid/4>. Acesso em 11 out. 2023.

MARTINS, Gisele Pereira. **O lúdico na Educação infantil**. Anápolis. 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp-content/uploads/2023/vol9/07.pdf>. Acesso em 19 out. 2023.

MELLO, Suely Amaral. **As práticas educativas e as conquistas de desenvolvimento das crianças pequenas**. In: Rodrigues, Elaine, *et al.* Infância e práticas educativas. Maringá: Eduem, 2010.

MODESTO, R. A. “Avaliação lúdica na educação infantil”. Série Diálogos Transdisciplinares em Educação. In: **Fazer Educativo, volume 8: Educação Infantil: dimensões do fazer educativo com participação da família no processo de socialização e aprendizagem das crianças**. Porto Alegre, RS. Editora Fi, 2018. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0151.pdf#page=155> Acesso em: 21 out. 2023.

MORAES, Giane Severino Corrêa; Coelho, Helda Gomes. **A importância do lúdico na educação infantil**. Goiânia. REEDUC. 2021. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11569/8305>. Acesso em 18 out. 2023.

MURCIA, Juan Antônio M. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre. Grupo A, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536314013/>. Acesso em: 30 out. 2023.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655553284/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml\]!/4/2\[cover-image\]/4%4052:50](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655553284/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml]!/4/2[cover-image]/4%4052:50). Acesso em 10 out. 2023.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança**. [Recurso Eletrônico]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788521636489. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636489/> Acesso em: 07 mar. 2024.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário escolar língua portuguesa**. Blumenau, SC: Todolivro Editora, 2017.

*Recebido: 20 de março de 2024.
Aceito: 01 de julho de 2024.*